



PROCESSO: 0001160-27.2025.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada - Inscrição de 01 (um) servidor no curso completo em comunicação pública.

DESPACHO Nº 613 / 2025 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES, com o fito de contratar empresa especializada para a realização de inscrição de 01 (um) servidor do TRE-RO no curso completo em comunicação pública, de acordo com os contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda da Contratação - DFDC (1365788).

O evento será realizado 100% online com transmissão por meio de plataforma de comunicação síncrona. O evento será realizado de online de 17 de maio a 01 de novembro de 2025, sendo que as aulas já ocorridas encontram-se gravadas e serão disponibilizadas quando do início do curso pelo participante indicado. Conforme o TR, a capacitação permitirá qualificar a produção de conteúdos voltados ao cidadão, fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral e atender às diretrizes do CNJ quanto à comunicação no serviço público, contribuindo para a eficiência e a credibilidade da instituição.

Conforme item 1.10 do TR, foi indicado o servidor VINÍCIUS BRITO DOS SANTOS.

A demanda está prevista no Plano Anual de Capacitações de 2024/2025 do TRE-RO, sob n. CP06009 (item 1.7.2 do TR).

Para instrução dos autos, foram juntados os seguintes documentos, contendo os ajustes entendidos necessários:

- a) documento de formalização da demanda (1365788);
- b) Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, com a devida ciência de seus membros (1367325);
- c) proposta comercial da empresa (1367289);
- d) informação conclusiva do valor estimado da contratação, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) (1367299);
- e) termo de referência nº 199/2025 - SEDES (1367301), o qual reproduz as regras da contratação direta, por inexigibilidade de licitação; e
- f) certidões negativas que comprovam que a empresa preenche os requisitos de habilitação mínima necessária para contratar com a Administração Pública Federal (Improbidade CNJ, CRC SICAF, débitos federais, débitos trabalhistas, débitos FGTS) (1366300).

A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no item 8.1 do TR, sendo extraída do plano interno RO CAPPAC.

A ASLIC juntou aos autos o relatório do SICAF/CADIN (1366300), registrando que **NÃO CONSTA** impedimento de licitar e nem registro no CADIN, referente à empresa ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, CNPJ 43.147.693/0001-52.

O Secretário da SAOFC, por meio do Despacho n. 1364/2025 (1369216), encaminhou os autos Ao NUAGEAOF, para registro do trâmite da contratação no Plano de Contratações Anual - PCA; à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; e à COFC, para proceder à programação orçamentária.

A SAC, após análise da documentação que integra a fase de planejamento, concluiu que os documentos encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações para contratação direta por inexigibilidade de licitação (1369771).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 1123/2025 - COFC (1371218), realizou a programação orçamentária dos valores a serem executados neste exercício financeiro, registrando que a contratação pretendida está adequada e compatível com a LOA, PPA e a LDO (1371285).

Veio aos autos o Parecer Jurídico Referencial nº 01/2025 - AJSAOFC (1370475), que estabelece que as contratações de ações de capacitação para magistrados e servidores do TRE-RO, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, poderão ser processadas por inexigibilidade de licitação, sem necessidade de submissão individualizada à AJSAOFC, desde que observadas todas as recomendações constantes da MJR.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento; autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; contratação direta da empresa ABERJE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL; pela designação da Equipe de Gestão e Fiscalização; e pela divulgação do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato, em conjunto com os demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br (1371303).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Analisando os autos, verifica-se a regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, quais sejam: a) documento de formalização de demanda; b) informação conclusiva do valor estimado da contratação; e c) termo de referência, havendo, inclusive, análise da SAC nesse sentido (1369771).

Como relatado, verifica-se tratar de evento de capacitação de pessoal, motivo pelo qual a unidade demandante aponta a possibilidade de contratação direta da empresa proponente com inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, inciso III, letra "f", da Lei n. 14.133/2021. Veja-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso em tela, o evento visa a capacitação de servidores deste Tribunal, cujas atividades se encontram correlatas ao conteúdo programático do curso e que atuam em unidades que demandam os conhecimentos buscados na capacitação.

Além disso, a razão da escolha do fornecedor afigura-se mitigada por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não havendo necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso, como reafirmado pela Decisão TCU 439/1998 - Plenário.

Consta, ainda, nos autos comprovação de atendimento aos requisitos legais de caráter genérico constantes do art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021. Como observa-se, quanto à escolha do fornecedor, essa se confunde com a própria situação caracterizadora da inviabilidade de competição, haja vista que se tratam de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual prestados por pessoas jurídicas de notória especialização. Quanto à justificativa do preço, o documento denominado INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO, juntado ao evento n. 1367299, revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021.

Registra-se que no item 4.1 do TR a SEDES informou que haverá a substituição do contrato pela nota de empenho.

Nesse sentido, o art. 95 da Lei n. 14.133/2021 dispõe acerca dos casos para os quais a Administração poderá dispensar o instrumento do contrato. Todavia, esse dispositivo não incluiu as situações de inexigibilidade no rol das contratações para as quais pode-se dispensar o instrumento de contato, reservando essa simplificação para as dispensas de licitação em razão do valor e compras com entregas imediatas das quais não resultem obrigações futuras.

Como relatado, o preço total dos serviços que se pretende contratar corresponde a R\$ 6.000,00 (seis mil reais), estando situado abaixo do limite da dispensa legal, atualmente fixado em R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto n. 11.871, de 29 de dezembro de 2023. Além disso, da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, motivo pelo qual entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do art. 95 da Lei n. 14.133/2021 e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos Acórdãos n. 1.234/2018 e n. 363/2003 - ambos do Plenário - e n. 7.125/2010 - 1ª Câmara, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1 - aprovo os documentos que integram a fase de planejamento, quais sejam: o Documento de Formalização da Demanda da Contratação (DFDC) (1365788), a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação (ICVEC), no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) (1367299), o Formulário de Designação da equipe de Gestão e Fiscalização (1367325), e o Termo de Referência nº 199/2025 - SEDES (1367301), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, pela autoridade competente, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#);

2 - autorizo a despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no [art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei n. 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#);

3 - adjudico o objeto à pessoa jurídica ABERJE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 43.147.693/0001-52, no valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), que também comprovou as condições **mínimas para contratar com a Administração Pública** (1366300) inclusive quanto à sua inscrição e regularidade no SICAF e no CADIN;

4 - determino a divulgação do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato, em conjunto com os demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022,

bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o [art. 94 da Lei. nº 14.133/2021](#); e

5 - **designo a Equipe de Gestão e Fiscalização do contrato**, conforme Formulário de Indicação de Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato (1367325).

À **SAOFC** para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho, devendo previamente vir aos autos a atualização de regularidade da empresa junto ao FGTS.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/06/2025, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1373061** e o código CRC **96F0055F**.